

ARTIGO

Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia

Mariana Alves de Andrade¹

Como citar este artigo: ANDRADE, Mariana Alves. Lukács: trabalho, modos de produção e ontologia. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e25171. ISSN: 2525-8036.

Resumo: O presente texto visa demonstrar, da perspectiva da ontologia do ser social, os aspectos gerais que o movimento imanente das categorias econômicas nascidas do trabalho perfaz historicamente através dos diferentes modos de produção da riqueza material. À luz de *Para a ontologia do ser social*, do filósofo húngaro György Lukács, buscamos evidenciar as principais mediações econômicas e sociais que intervêm objetivamente para fazer surgir e consolidar a linha evolutiva da crescente socialidade do ser social, cujo princípio determinante é o constante afastamento das barreiras naturais. Veremos que nesse processo é a ação das forças produtivas sobre a sociedade a potência social decisiva que impulsiona o desenvolvimento social como um todo, através do deslocamento crescente da naturalidade operante nas primeiras formações sociais, a ingressar na circulação de mercadorias e, por meio desta, a alcançar a sociabilidade pura do capital. Observaremos, ainda, que o progresso social objetivo a que o imanente desenvolvimento das categorias econômicas conduz, ao chegar ao capitalismo revela tendências fundamentais como o predomínio da mais-valia relativa na extração do trabalho excedente e a manipulação como mediação que articula as necessidades da produção ao consumo de mercadorias, cuja compreensão é imprescindível para o futuro da reprodução social como um todo.

Palavras-chave: ontologia; trabalho; economia; modos de produção; capitalismo.

Recebido em 04.09.2020

Aprovado em 06.04.2021

Publicado em 09.04.2021

1 INTRODUÇÃO

Um dos mais importantes contributos de *Para a ontologia do ser social*, do filósofo húngaro György Lukács (1986)², é a demonstração de que o processo de reprodução social

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (2008). Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas/UFAL (2011). Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016).

² Informamos o(a) leitor(a) que as citações da referida obra utilizadas neste texto obedecem à paginação da versão alemã impressa em 1986. Quando iniciamos os estudos sobre a Ontologia de Lukács ainda não havia no

como um todo, na sua essência, constitui em-si um progresso objetivo e que o fundamento ontológico desse estado de fato é o trabalho.

Por reprodução social Lukács compreende o simultâneo e inextricável processo, pleno de mediações e contradições, formado por dois polos fundamentais: a reprodução do ser humano e, portanto, também do gênero humano, e a reprodução da totalidade da sociedade.

Como comprova Lukács, o trabalho é a categoria fundante do ser social³ e, como tal, revela a sua verdadeira e adequada existência na totalidade social⁴. Pela função e lugar que ocupa na totalidade social o trabalho mostra-se a base ontológica insuprimível de todo o ser social, de tal modo que não apenas funda o ser social, mas funda também todas as determinações sociais.

O trabalho possui uma qualidade decisiva que resulta em sérias implicações para a constituição da especificidade do ser social. Para o ser e o como da totalidade social, “os atos de trabalho, necessária e continuamente, remetem para além de si mesmos”; isso conduz a mudanças significativas, tanto internas quanto externas, no processo de reprodução social como um todo (LUKÁCS, 1986, p. 117).

Essas contínuas mudanças que, no imediato, podem ser verificadas no processo, nos produtos, nos meios de trabalho etc., com o tempo levam a mudanças mais amplas e profundas que se expressam na modificação do conjunto das relações sociais, na alteração da direção, do ritmo etc. da legalidade interna dos complexos sociais singulares e, por último, na transformação da própria totalidade social.

O fundamento ontológico último dessas transformações qualitativas relaciona-se com a qualidade específica do trabalho de conter “em si, desde o início, a possibilidade (*dynamis*) de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução da vida daquele que realiza o processo de trabalho”. Essa qualidade específica é não apenas a base ontológica do progresso objetivo social como um todo, mas também o fundamento último de suas mudanças. (LUKÁCS, 1986, p. 117-8).

É uma consequência necessária do trabalho a fabricação de ferramentas, a exploração das forças e dos recursos naturais como o fogo, a domesticação de animais etc. Quanto mais o trabalho e a divisão social do trabalho se desenvolvem, tanto mais as forças produtivas progridem e as capacidades humanas se ampliam. Isso mostra que “o desenvolvimento

Brasil uma versão completa traduzida para o português. Através da versão bilíngue (alemão-português) publicada pelo Coletivo Veredas em 2018, que segue a mesma paginação da versão de 1986, é possível uma comparação das passagens.

³ Sobre o conceito de trabalho na Ontologia de Lukács, cf. LESSA (2012); FORTES (2016); ANDRADE (2016).

⁴ Acerca do conceito de totalidade social na Ontologia de Lukács, cf. ANDRADE (2014).

objetivo das forças produtivas apresenta uma determinada, necessária, simultaneidade com aquele das capacidades humanas, mesmo que seja uma simultaneidade que se manifesta de modo desigual e contraditório” (LUKÁCS, 1986, p. 153).

O desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas dá lugar em determinados estágios do processo reprodutivo social a transformações qualitativas da estrutura e da dinâmica das sociedades singulares. O acúmulo dessas transformações conduziu o desenvolvimento social a passar por suas grandes etapas, que vão do comunismo primitivo ao capitalismo contemporâneo.

Como ressalta Lukács, se, por um lado, é a qualidade específica do trabalho de conter “em si, desde o início, a possibilidade (*dynamis*) de produzir mais do que o necessário para a simples reprodução daquele que realiza o processo de trabalho” que funda o progresso objetivo social como um todo e se constitui na base ontológica última de suas mudanças, por outro, ele é igualmente o fundamento que, com a sua própria ação e também com as resistências contra as quais se choca, cria os obstáculos ao desenvolvimento do progresso objetivo.

Em Lukács, a contradição existente, gerada pelo próprio trabalho, de ser, ao mesmo tempo, o fundamento ontológico do progresso social objetivo e a força última que cria também os obstáculos ao desenvolvimento social, relaciona-se com o fato de que o trabalho é, em face da totalidade social, o momento predominante⁵.

Como complexo social em-si o trabalho continuamente entra em interação, de modo muito variado, com todos os complexos sociais existentes. Ele pode desdobrar interações e inter-relações dessa natureza porque é o complexo que, no interior da totalidade social, por sua função, está diretamente ligado à reprodução da existência humano-biológica.

Precisamente porque cumpre no interior do processo reprodutivo social a função de garantir, através do metabolismo com a natureza, os meios necessários à satisfação imediata das necessidades de reprodução da existência humano-biológica, indo, todavia, além delas, o trabalho é, por último, mas apenas por último, o momento predominante na interação com a totalidade social.

A respeito dos obstáculos que o próprio trabalho cria para o desenvolvimento do progresso social objetivo, diz Lukács: é a própria “capacidade de o trabalho ir com seus resultados” para além de si, quer dizer, “para além da reprodução do seu executor que cria a base objetiva da escravidão antes da qual existia apenas a alternativa de matar ou adotar o

⁵ Cf. ANDRADE (2014).

inimigo como prisioneiro” (1986, p. 118). Tal capacidade põe não apenas os fundamentos das sociedades de classes, mas, em um patamar mais geral, os fundamentos da alienação humana.

A transição das sociedades de comunismo primitivo para as sociedades de classes é, pois, a primeira manifestação, no plano mais geral, da transformação qualitativa da totalidade social que surge como efeito simultâneo do desenvolvimento das forças produtivas e das capacidades humanas e dos obstáculos que o próprio trabalho cria para o desenvolvimento do progresso social objetivo. Esse desenvolvimento leva a formações sociais muito desenvolvidas, como o feudalismo e, em seguida, o capitalismo. E não para por aí, já que põe também as bases materiais da possibilidade de sua superação.

2 O PERCURSO HISTÓRICO DO DESLOCAMENTO DA NATURALIDADE NO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS

Como núcleo dinâmico do desenvolvimento da totalidade da sociedade está o nascimento e as mudanças das categorias econômicas. Enquanto elementos da esfera econômica, tais categorias manifestam a sua existência articuladas aos diferentes modos de produção. O desenvolvimento histórico-concreto da esfera econômica revela uma linha tendencial principal: aquela que surge já no trabalho simples e que leva, posteriormente, ao surgimento e à universalização da circulação das mercadorias.

A característica decisiva dessa linha tendencial principal do desenvolvimento econômico é o afastamento das barreiras naturais, o que implica o domínio cada vez mais evidente, na estrutura e na dinâmica da reprodução social, das categorias especificamente sociais e consiste, por isso, num progresso objetivo.

Para apreender a essência desse processo é preciso observar a ação que o crescimento das forças produtivas exerce nas sociedades. São as forças produtivas, inicialmente impregnadas de determinações naturais e, mais tarde, predominantemente determinadas por categorias sociais puras, que exercem sobre a estrutura e a dinâmica da sociedade influências tais que terminam por orientar o seu próprio desenvolvimento a patamares sempre mais elevados, até resultar numa sociabilidade pura.

Como aponta Lukács, a análise do decurso histórico-social nos dá a conhecer “dois tipos radicalmente divergentes” da ação das forças produtivas sobre a sociedade: os casos em que a organização da vida social não consegue evoluir o suficiente para abrir tendências evolutivas que levam a novas formações sociais e, opostamente, os casos em que as tendências evolutivas abertas levam paulatinamente as formações sociais a ingressarem na circulação de mercadorias (LUKÁCS, 1986, p. 259).

O solo comum para o nascimento de ambas as possibilidades evolutivas é o modo de organização das comunidades humano-primitivas⁶. A partir delas, o deslocamento da naturalidade no desenvolvimento das forças produtivas conduz progressivamente em direção à sociabilidade pura.

A comunidade natural da tribo, ou como se queira, o gregarismo, é o primeiro pressuposto – quer dizer a afinidade de sangue, de língua, de costume etc. – da *apropriação das condições objetivas* da sua vida, e da reprodução e objetivação da atividade da qual vivem (atividade de pastores, caçadores, agricultores etc.). A terra é, ao mesmo tempo, o grande laboratório, o arsenal que fornece tanto os meios de trabalho, o material de trabalho, como a sede que constitui a *base* da comunidade [...]. A verdadeira *apropriação* por meio do processo do trabalho vem através desses *pressupostos*, os quais não são, por sua vez, um produto do trabalho, mas, figuram como seus pressupostos naturais ou *divinos*. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 260. Grifos na obra).

Conforme Lukács, como em toda outra formação social, também na comunidade primitiva é “o trabalho a força que organiza e, ao mesmo tempo, mantém os complexos que desse modo funcionam”. No entanto, é um trabalho “cujos pressupostos não são ainda produtos do próprio trabalho” (LUKÁCS, 1986, p. 260).

Na organização primitiva da sociedade, o trabalho ainda não produzia, por si só, a base social, material e necessária para pôr o processo reprodutivo social sob a determinação predominante de categorias sociais puras. Isto vem à existência apenas processualmente. Não obstante, tal fato produz a aparência de que a comunidade primitiva possui uma essência “natural”.

Nesse estágio inicial, o fato de o ser humano encontrar na natureza, em certa medida já “prontas”, as possibilidades de sua própria reprodução faz que os pressupostos naturais exerçam, em relação ao trabalho, a função de momento predominante da reprodução social. Essa determinação só progressivamente, na medida em que o trabalho e a divisão do trabalho progridem, vai sendo sobrepujada.

Porém, nesse momento, “independentemente do quanto estejam objetivamente já fundados na sociedade os momentos da vida que se apresentam como naturais”⁷, decisiva para a continuidade do processo reprodutivo social como um todo é a questão do como e até que ponto tal organização da vida social é capaz de se estabilizar (simplesmente de se reproduzir) ou, no caso de sua dissolução, até que ponto, e em qual direção, pode abrir tendências

⁶ Para alguns outros aspectos históricos deste período cf. HARARI (2018), CHILDE (1966), WILLIAMS (1989), LEAKEY e LEWIN (1996).

⁷ Aqui Lukács cita o caso de um rebanho de animais que “mesmo quando a criação não é dirigida conscientemente”, já não é mais nesse caso, objetivamente, “um objeto puro da natureza” (LUKÁCS, 1986, p. 260).

evolutivas que levam a novas formações sociais. Como argumenta Lukács, nesse aspecto, a própria história oferece “respostas negativas e positivas” (LUKÁCS, 1986, p. 260).

Uma entre tais respostas é *o modo de produção asiático*⁸. As formações sociais baseadas nesse modo específico de desenvolver as forças produtivas caracterizam-se pela imutabilidade da sua forma de reprodução. Segundo Lukács, elucidativas da estrutura e das possibilidades evolutivas que daí surgem são as comunidades indianas, que

se apoiam na posse em comum do solo, na ligação direta entre agricultura e artesanato e sobre uma divisão fixa do trabalho, que serve como plano e modelo dado quando se formam novas comunidades. Elas constituem complexos produtivos autossuficientes [...]. A massa principal dos produtos é produzida para as necessidades imediatas da própria comunidade, não como mercadorias; portanto, a própria produção é independente da divisão do trabalho mediada pela troca das mercadorias no complexo geral da sociedade indiana. Só o excedente dos produtos se transforma em mercadorias e, em parte, isto também ocorre, por sua vez, apenas nas mãos do Estado, ao qual, por tempos imemoráveis, aflui uma quantidade determinada como imposto *in natura*. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 261).

A divisão fixa do trabalho, que obedece a um plano alterável apenas se a população cresce, “opera com a inviolável autoridade de uma lei natural”, de modo que “todo artesão particular” realiza suas funções “segundo os modos transmitidos, mas independente e sem reconhecer nenhuma autoridade, qualquer que seja, no interior de sua oficina”.

Já o Estado regula e controla a divisão do trabalho, que é mediada pela troca das mercadorias, ao administrar o excedente dos produtos do trabalho que se transformam em mercadorias. Ademais, sua função “consiste sobretudo na cobrança da renda fundiária (aqui igual ao imposto), na regularização das águas, na defesa militar contra os inimigos externos etc.”.

Nas comunidades indianas⁹, portanto,

A divisão do trabalho é ainda determinada predominantemente pelas necessidades imediatas do consumo, não produz novas necessidades que, por sua vez, agiria sobre ela. Do mesmo modo, também a relação, sob a forma de renda fundiária (igual a imposto), entre base econômica e superestrutura estatal é regulamentada em sentido estático, sem aquelas complexas interações mediante as quais, em outras formações, elas se deslocam alternadamente, provocando dissoluções e progressos em todos os dois campos, se bem que aqui é sem mais evidente que tanto a renda fundiária quanto o imposto, e a sua coincidência, não são categorias naturais, mas determinações do ser social. (LUKÁCS, 1986, p. 262).

Em tais comunidades autossuficientes, é o “organismo produtivo simples” que garante a imutabilidade das sociedades asiáticas. Ele se desenvolve em contraste com a

⁸ Uma análise sobre o modo de produção asiático pode ser encontrada em SOFRI (1977), CARDOSO (1990), GODELIER (1969).

⁹ Cf. MARX (1964)

constante dissolução e reforma dos estados asiáticos, que mudam frequentemente com a mudança das dinastias. Isto mostra que a estrutura dos elementos econômicos fundamentais da sociedade não se modifica em razão das constantes agitações da superestrutura política.

O permanente repor da sua base revela a profunda capacidade que essas sociedades têm de resistir a mudanças estruturais e a aguçada habilidade que exibem para se reconstituírem a partir de alterações parciais de sua ordem. Isso geraria a impressão de que o modo como essas formações sociais evoluem é um fato natural puro.

Para Lukács, isso de modo algum é verdadeiro, visto que ali já existia uma divisão social do trabalho baseada na agricultura e no artesanato num nível relativamente desenvolvido. Contudo, a essa divisão do trabalho faltava ainda dar vida a “categorias e forças específicas”; faltava, acima de tudo, dar vida “àquela potência capaz de determinar os destinos dos homens”: “uma intensa circulação das mercadorias que penetrasse todos os poros da sociedade” (LUKÁCS, 1986, p. 262).

Uma vez que isso não se mostra possível, o caráter estático que marca o processo evolutivo das formações sociais que se baseiam no modo de produção asiático leva a um beco sem saída do desenvolvimento. Sem que possam evoluir a um patamar superior, essas formações entram em decadência, degeneram-se e, por fim, se dissolvem.

O modo de produção asiático, portanto, não se conecta a uma organização ainda natural da sociedade, pelo contrário, é um caso particular – particularmente instrutivo na sua negatividade – da íntima relação das categorias sociais com o progresso econômico objetivo. (LUKÁCS, 1986, p. 262-3).

Ainda que tenham desenvolvido suas categorias econômicas e sociais até certo ponto, tais sociedades não puderam, pela mediação da força determinante da circulação de mercadorias, ingressar na linha tendencial principal do desenvolvimento econômico geral.

Caso particularmente diferente é o de Grécia e Roma¹⁰. Ambas possuem uma organização muito mais complexa e desenvolvida do que a daquelas sociedades do Oriente. Devido a isso, tiveram um destino inteiramente oposto ao delas.

Grécia e Roma surgem já sobre a base da separação entre cidade e campo. Diferentemente do que ocorre no Oriente, nessas sociedades a cidade “não é separada da reprodução econômica imediata”. Em Grécia e Roma, “a existência do possuidor singular de uma parcela de terra é indissociável da sua condição de partícipe da cidadania”. A dinâmica da vida social funciona mais ou menos assim:

¹⁰ Sobre os casos de Grécia e Roma cf. CROIX (1988), PADGUG (1981).

Concentração na cidade, com o campo como território; pequena economia rural que trabalha para o consumo imediato; manufatura como atividade doméstica acessória das mulheres e das filhas (fiação e tecelagem), ou, de forma autônoma, somente em ramos singulares (ferreiros etc.). Pressuposto da continuidade da comunidade é a manutenção da igualdade entre os seus livres *self-sustaining-peasants* e o trabalho pessoal como condição da continuidade da sua propriedade. A sua relação com as condições naturais do trabalho é uma relação de proprietários; mas essas condições devem ser contínua e realmente renovadas mediante o trabalho pessoal, como condições e elementos objetivos da personalidade do indivíduo, do seu trabalho pessoal. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 263).

Ainda que a pequena economia rural baseada na forma de propriedade parcelar livre dos camponeses, associada à manufatura doméstica e à manufatura autônoma de ramos singulares do trabalho, produza parte dos produtos do trabalho, é o trabalho baseado na escravidão que permite um crescimento extensivo na produção da riqueza dessas sociedades. Nesse sentido, o aumento da riqueza pressupõe sempre um aumento da massa dos escravos,

porém, isso, por um lado, pressupõe guerras vitoriosas para o aprovisionamento de material humano, de outro lado, e, ao mesmo tempo, desagrega continuamente a base militar específica das antigas cidades-estados, isto é, a camada dos camponeses livres. (LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 266).

Vale ressaltar que em Grécia e Roma, a guerra é “a grande tarefa geral, o grande trabalho coletivo”. Através da conquista, da ocupação e da defesa são expandidos não apenas o território e a cultura dessas sociedades, mas é também capturada a massa de escravos para pôr em funcionamento a produção do conteúdo material da riqueza. Contudo,

Uma parte da sociedade é, ela própria, tratada pela outra como uma condição *inorgânica e natural* da própria reprodução. O escravo não se encontra absolutamente em nenhuma relação com as condições objetivas do seu trabalho; certamente o próprio *trabalho* tanto na forma do escravo, quanto naquela do servo, é posto como *condição inorgânica* da produção, no mesmo plano dos outros seres da natureza, ao lado do gado ou como acessório da terra. Em outras palavras: as condições originárias da produção se apresentam como pressupostos naturais, *condições naturais de existência do produtor*, precisamente como o seu corpo vivo, por mais que ele o reproduza e o desenvolva, não é posto originariamente por ele próprio, mas, se apresenta como seu *pressuposto*, a sua existência (corpórea) é um pressuposto natural, que ele não pôs. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 266. Grifos na obra).

Como se pode notar, define o caráter da organização grega e romana o fato de que elas “não devem necessariamente limitar-se à simples reprodução, à perpetuação do existente”, ao contrário do que se dá com as sociedades baseadas no modo produção asiático. Tal desenvolvimento já contém em si os germes da extensão, do avanço e do progresso que surgem da própria dinâmica da reprodução dessas sociedades.

Todavia, tais avanços e progressos só podem ir até certo ponto na direção do caminho econômico indicado pelas suas próprias bases sociais e pontos de partida, uma vez

que se impõem obstáculos que, em determinada altura, transformam-se em tendências destrutivas que, por fim, conduzem a sociedade escravista à decadência e à ruína.

Especialmente a influência da guerra e da conquista, que a exemplo de Roma, se refere essencialmente às condições econômicas da própria comunidade, suprime o vínculo real sobre o qual ela se apoiava. Em todas essas formas a *reprodução* das relações *já existentes* – mais ou menos naturais, ou, embora surgidas historicamente, tornadas tradicionais – do singular com a própria comunidade, e uma existência *determinada*, que para ele é *predeterminada*, *objetiva*, seja em relação às condições de trabalho, seja em relação àqueles que trabalham com ele, aos membros da sua tribo, etc. – é o fundamento do desenvolvimento, que por isso é *a priori* um desenvolvimento *limitado*, mas que com a eliminação das limitações mostra os sinais da ruína e da decadência. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 264. Grifos na obra).

Do conjunto de problemas aí envolvido, o que nos interessa especialmente destacar é o fato de que, do florescimento econômico inicial a que esse processo dá vida, surge uma circulação de mercadorias bastante difundida, baseada numa concentração de grandes patrimônios. Essa grande concentração de riqueza se expressa, por um lado, na forma do capital comercial e do capital monetário e, por outro, na forma de uma potente expansão da economia escravista.

No início, o capital comercial não é senão o movimento intermediário entre extremos que ele não domina e entre pressupostos que ele não cria [...]. O comércio exerce, por isso, em toda parte uma ação mais ou menos desagregadora sobre organizações preexistentes da produção, as quais, em todas as suas diversas formas, são principalmente orientadas em direção ao valor de uso. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 265).

Nesse momento, a ação desagregadora do capital comercial é fundamental para a direção que tomará o progresso social objetivo. Semelhante ação é provocada pela difusão do capital monetário, que assume predominantemente as formas da usura.

Por um lado, desse modo, a usura mina e devasta a riqueza e a propriedade da antiguidade [e mais tarde] do feudalismo, por outro lado, destrói lentamente e arruína a produção dos pequenos camponeses e dos pequenos burgueses, em resumo, todas as forças nas quais o produtor aparece ainda como proprietário dos seus meios de produção. [Esta ação é particularmente forte e desagregadora na antiga Polis], na qual a propriedade das condições de produção por parte do produtor é, ao mesmo tempo, base das relações políticas, da independência do cidadão. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 265).

É sobre essa base econômico-social fortemente modificada pelas determinações do capital comercial e do capital monetário que a circulação de mercadorias adquire um impulso evolutivo significativo. Todavia, essas bases são ainda formas muito superficiais e primitivas da socialidade capitalista. Sua impossibilidade de levar adiante a circulação de mercadorias se

transforma, com o tempo, num impulso à destruição da estrutura social, ao contribuir para erigir um beco sem saída para a sociedade.

De acordo com Lukács, a relação entre as consequências da guerra como meio para aumentar a massa de escravos e a desagregação da camada dos camponeses livres enquanto base militar das cidades antigas leva a uma expansão econômico-política; esta, no limite, forja as bases da destruição da sociedade escravista.

O impulso a tal destruição é potencializado ainda mais pela ação, acima descrita, do capital comercial e do capital monetário. Sem abstrair o papel importante de todas essas forças sociais no processo de constituição do beco sem saída para a sociedade que a economia escravista criou, vale salientar que aqui o momento predominante é exercido pela barreira insuperável que a economia escravista impõe ao desenvolvimento como um todo.

Dela deriva um tipo de desenvolvimento do ser social que é qualitativo e radicalmente distinto daquele que o modo de produção asiático expressa. Ele é acompanhado de um forte progresso da sociedade, em termos extensivos e intensivos, mas quando esse progresso alcança seu auge sobre todos os campos da vida, contraditoriamente, é seguido de uma violenta crise.

A crise, entretanto, é apenas a expressão da problematidade que tal desenvolvimento forjou ao lado dos momentos de progresso. Ela é, essencialmente, uma crise longa. De imediato não se mostra capaz de promover o ofuscamento do velho esplendor, pois o seu processo é seguido de novos períodos de florescimento que dão a aparência de superação da situação fundamental da crise.

Porém, mais tarde, a desagregação econômica alcança um nível tão elevado que não pode mais esconder a sua essência e, portanto, a crise se exprime de vez na decadência de todos os campos da vida como definitivamente inequívoca.

E isso ocorre precisamente no estágio no qual – do ponto de vista econômico – a economia escravista começa já a impulsionar, a partir da própria desagregação, com a necessária espontaneidade, os primeiros elementos daquele ordenamento do trabalho, e daquele modo de trabalhar que, em seguida, após muitas passagens catastróficas, formarão a base da via de escape, do novo estágio, isto é, do feudalismo. (LUKÁCS, 1986, p. 266-7).

Nessa situação de passagem, o escravo ascende na escala social e se torna um camponês não livre sujeito a *corvéas*, e o colono é rebaixado ao nível de camponês pessoalmente dependente de um senhor. Há aqui um nivelamento tendencial dos estratos sociais mais diretamente ligados ao trabalho, que surge dos impulsos desagregadores da sociedade que tem na crise uma força decisiva.

Por fim, a crise aguda provoca um lento processo degenerativo. Contraditoriamente, tal processo não pode oferecer à sociedade e ao Estado a base para novos impulsos evolutivos. Somente mais tarde, após o esfacelamento e a ruína do Império Romano pelas invasões bárbaras e devido aos novos impulsos propiciados pelas tribos germânicas às novas sociedades que vão surgindo, é que aparecem os germes futuros.

Para Lukács, um aspecto importante que caracteriza a diferença entre o desenvolvimento europeu e o asiático é que naquele “se nota a presença de diversas formações sucessivas, derivantes uma da outra, cuja sucessão exhibe uma continuidade histórica, um dirigir-se ao progresso” que é consequência do próprio modo de se manifestar dos efeitos dinâmicos do ser-precisamente-assim do ser social (LUKÁCS, 1986, p. 268).

O desenvolvimento romano-tardio da *polis* em decomposição e sua economia escravista é então uma espécie de preparação para o *modo de produção feudal*.¹¹

Segundo Lukács, dois fatores específicos surgem a princípio por casualidade, mas em seguida, desenvolvendo-se por necessidade social, operam na constituição dessa espécie de preparação: de um lado, a situação da agricultura romana, que era um fenômeno em decadência, e, de outro lado, a organização germânica, que revela os efeitos de um específico desenvolvimento tribal fundado na migração.

[...] recordemos, de um lado, as contínuas invasões dos celtas e, em seguida, dos germanos na Itália; de outro lado, as tentativas colonizadoras dos romanos que tiveram êxito na Gália e falharam essencialmente na Alemanha. Por isso, do ponto de vista do ser-precisamente-assim, tanto de Roma quanto dos povos germânicos, a pura causalidade desse movimento na práxis se atenua um pouco, e aparece como uma interrelação tornada historicamente necessária, na qual algumas tendências que levam para além da antiga economia escravista na realidade se encontram e confluem como realidade. (LUKÁCS, 1986, p. 268-9).

O modo de produção feudal possui muitos traços em comum com o modo de produção escravista; aqui nos interessa a diferença. O feudalismo “se esforça para subordinar a cidade ao campo”, mas “o progresso econômico real por ele desencadeado diz respeito sobretudo às cidades”. Por isso, há uma compatibilidade entre o apogeu de desenvolvimento econômico suscitado e a produção baseada na servidão. A essência econômico-social dessa situação reside no fato de que “para os senhores feudais o poder dispor dos rendimentos dos camponeses se torna de longe mais importante que o dispor das suas pessoas físicas” (ENGELS apud LUKÁCS, 1986, p. 269).

Quando o dispor da pessoa já não é mais o fundamento da relação entre dominador e dominado, mas, pelo contrário, é o dispor dos rendimentos que determina e fundamenta tal

¹¹ Sobre modo de produção feudal cf. HUBERMAN (1986), ANDERSON (1987).

relação, processa-se uma mudança significativa nas relações sociais feudais em comparação com as relações escravistas.

A diferença essencial que torna possível esse fenômeno consiste em que, na economia escravista, “o escravo trabalha com as ferramentas do seu patrão, o produto total do trabalho vai para este último, ele mesmo tem apenas a possibilidade – reduzida ao mínimo – de reproduzir, de alguma maneira, a sua existência física”. Esse modo de exploração impede, pois, a possibilidade de aumentar a produtividade do trabalho. Nisso consiste em parte o seu primitivismo.

Já na economia feudal,

[...] o trabalhador, em condições favoráveis, tem igualmente a possibilidade de elevar a um nível superior a reprodução também da sua vida, quer o tributo seja pago em produtos, quer provido em trabalho, melhorando seu modo de trabalhar. Ele, de fato, trabalha em um terreno seu, com meios de trabalho próprios, de maneira que – uma vez fixado o tributo para os senhores feudais – o aumento da produtividade do seu trabalho pode elevar também o seu nível de vida. (LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 269-270).

Isso revela a superioridade da economia feudal em relação à economia escravista. Mostra que, em alguma medida, a mera “naturalidade” que envolvia as relações de trabalho entre os humanos no período anterior foi diminuída devido à penetração de categorias sociais na estrutura de fundo da sociedade. Contudo, há nessa sociedade limites bem precisos que derivam da sua própria estrutura como um todo e “se situam exatamente onde outros momentos de socialidade se cruzam e se opõem às tendências acima indicadas” sobre a relação entre cidade e campo.

Quando a cidade, nos inícios da formação feudal, é posta como subordinada ao campo, a sua existência interna é *a priori* centrada sobre a economia. Naturalmente isto ocorre na forma de uma subordinação à estrutura feudal: a corporação, por exemplo, é uma típica forma feudal de divisão do trabalho. No entanto, o movimento adiante, já descrito, da economia feudal no seu setor central, constituído pelo campo, leva a uma ampliação do mercado das mercadorias frente à antiguidade, o qual, fora poucas exceções, era determinado apenas pelas necessidades de luxo da classe dominante. O desenvolvimento da produção, do comércio, das trocas etc., em seguida, retroage sobre o setor central da economia feudal: a “época de ouro” da servidão termina nos séculos XV e XVI, quando há uma exploração cada vez mais desenfreada dos camponeses com a transformação da renda da terra em renda em dinheiro, por onde os senhores feudais buscam fazer frente à concorrência dos patrimônios urbanos, dando objetivamente, desta maneira, uma contribuição notável ao desmoronamento do sistema feudal. De fato, nesse momento, de maneira diversa nos diversos países, se apresenta o grande dilema da crise do feudalismo: ou provocar uma segunda servidão, dessa maneira aprofundando ainda mais e perpetuando a sua crise ou, por meio da acumulação originária, liquidar todo o sistema. (LUKÁCS, 1986, p. 270-1).

As disputas entre cidade e campo pela afirmação do domínio, embora não tenham surgido no feudalismo, num plano mais geral, atingem um nível elevado de conflitualidade nessa sociedade.

A Idade Média é atravessada por uma luta pelo lugar das cidades no sistema feudal. Nesse período, o campo consegue impor à cidade as suas próprias formas sociais. Somente mais tarde se dá a conquista da autonomia por parte de algumas cidades (Itália, cidades hanseáticas etc.) e a associação de cidades em luta pela própria libertação etc., o que contribui para destruir a estrutura feudal e se revela fundamental à preparação do capitalismo. A cidade como centro da indústria, da política e da cultura somente pode surgir mais tarde.

No período de transição do feudalismo para o capitalismo, o período da chamada acumulação primitiva do capital¹², a corporação enquanto forma específica da divisão social do trabalho subordinada à estrutura feudal revela-se um obstáculo ao desenvolvimento da produção em direção à indústria.

[...] ela impedia que a força de trabalho se tornasse mercadoria, ou seja, representou uma temporária interrupção daquele processo que tendia a colocar em uma via puramente social a organização do trabalho, o crescimento e a apropriação do trabalho excedente, a reprodução do trabalhador em contínuo desenvolvimento para a mais-valia. (LUKÁCS, 1986, p. 271-2).

Seu papel obstaculizador do progresso em direção ao capitalismo consiste em que

As leis das corporações [...] impediam sistematicamente, limitando ao máximo o número dos aprendizes que poderiam ser empregados por um único mestre artesão, que este se transformasse em capitalista. Da mesma forma, o mestre artesão podia empregar aprendizes apenas e exclusivamente na arte na qual ele próprio era mestre. A corporação rechaçava zelosamente toda usurpação por parte do capital comercial, a única forma livre de capital que se lhe contrapunha. O comerciante podia comprar todas as mercadorias, mas não podia comprar o trabalho como mercadoria. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 272).

Nesse momento, como o capital comercial não pode comprar o trabalho como mercadoria, seu papel é semelhante àquele do período precedente: serve de meio para a compra de outras mercadorias. Trata-se de um papel destrutivo, mas que impulsiona o nascimento das formas capitalistas de organização do trabalho.

[...] esse papel de primeiro plano desempenhado pelo capital comercial (e com maior razão isto vale para o capital monetário), na gênese do capitalismo como formação na qual as categorias específicas do ser social se tornam dominantes na estrutura e na dinâmica da sociedade, constitui apenas um tipo de transição, um episódio. Quando na produção penetram a fundo as categorias sociais específicas do ser social, tem-se – naturalmente após lutas violentas, após longas e complicadas transições – a hegemonia definitiva do capital industrial. O capital comercial e o monetário se tornam simples momentos do seu processo reprodutivo. (LUKÁCS, 1986, p. 272).

¹² Cf. MARX (1984).

Para se tornar uma formação social pura, o capitalismo transformou profundamente, em relação às formações sociais precedentes, seu poder de dispor do trabalho excedente. Isso permitiu uma crescente socialidade do modo de apropriação da mais-valia.

Enquanto na escravidão e na servidão, cada uma a seu modo, o poder de dispor do trabalho excedente se relaciona diretamente com o uso, a regulamentação e o controle da violência pura, no capitalismo, cuja determinação social (econômica) das relações de trabalho impede o uso da violência pura, a força de trabalho do operário torna-se uma mercadoria.

Apenas uma intensa circulação de mercadorias poderia romper a conexão direta entre a extração do trabalho excedente e o uso da violência pura.

A renúncia – sempre relativa – à violência na vida cotidiana capitalista depende, sobretudo, do fato de que normalmente ela perdeu toda naturalidade e, por isso, tudo quanto é importante para a vida pode ser obtido apenas no âmbito da circulação das mercadorias. Daqui, o caráter econômico da utilização da força de trabalho, o recuo da violência na relação de trabalho normal. Quando tal processo é visto dessa perspectiva da ontologia do ser social, da escravidão ao trabalho assalariado se torna evidente a linha evolutiva da crescente socialidade, o sucessivo afastamento das barreiras naturais. (LUKÁCS, 1986, p. 273).

A linha evolutiva da crescente socialidade envolve toda a reprodução econômica: a produção, o consumo, a distribuição, e apresenta alguns estágios: manufatura, maquinaria e grande indústria.

A manufatura é a primeira divisão do trabalho capitalista. Seu surgimento implica uma ruptura radical com a corporação. Abstratamente, ela pode ser considerada uma forma da cooperação. Enquanto a cooperação é uma forma antiquíssima e “natural” do trabalho que opera como uma síntese quantitativa das forças de trabalho singulares e só pode crescer em detrimento do crescimento quantitativo dessa síntese, a manufatura é um processo de trabalho unitário fragmentado em operações parciais, qualitativamente diferentes entre si, realizadas por cada trabalhador singular. Nela, cada trabalhador realiza uma só operação como sua única e permanente tarefa. Essa mudança embora provoque a diminuição do trabalho socialmente necessário para fabricar todo o produto, reduzir a capacidade produtiva do trabalhador a um virtuosismo que se limita apenas à repetição de alguns gestos.

Mediante a análise da atividade artesã, a especialização dos instrumentos de trabalho, a formação dos operários parciais, o seu agrupamento e combinação num mecanismo como um todo, a divisão manufatureira do trabalho cria a articulação qualitativa e a proporcionalidade quantitativa dos processos sociais de produção, cria, portanto, uma determinada organização do trabalho social, desenvolvendo assim uma nova força produtiva social do trabalho. (LUKÁCS, 1986, p. 274-275).

Se é verdade que a estrutura específica da manufatura não eleva tecnicamente a produção muito além do artesanato, sua mera existência produz uma virada qualitativamente decisiva: “o produto final agora pode surgir somente como resultado da combinação de operações parciais, repetindo-o continuamente, a verdadeira posição teleológica se desloca sobre quem dirige a produção” (LUKÁCS, 1986, p. 275). As funções realizadas pelos operários singulares tornam-se um mero hábito, uma simples *routine* (reflexos condicionados), existindo apenas como parte fragmentada e entorpecida do processo de trabalho como um todo.

Os conhecimentos, a inteligência e a vontade que o camponês ou o mestre artesão independente desenvolvem, mesmo se em pequena escala, do mesmo modo como o selvagem exerce como astúcia pessoal toda a arte da guerra, finalmente são requeridos somente pelo todo da oficina. As potências intelectuais da produção ampliam a sua escala de um lado, porque desaparecem de muitos outros. Aquilo que os operários parciais perdem se concentra no capital, contra eles. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 275).

Todas as mudanças que levam do artesanato à manufatura desembocam, posteriormente, na maquinaria. A transição à maquinaria tem seu impulso decisivo nos próprios limites econômicos da produção manufatureira: “a máquina foi inventada e introduzida para romper as barreiras da força de trabalho, da capacidade humana de trabalho”. O aspecto primário disso é que o instrumento é usado de nova maneira. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 275).

Depois que o instrumento propriamente dito é transmitido do homem a um mecanismo, ao puro e simples instrumento substitui uma máquina. Mesmo que o próprio homem permaneça ainda o primeiro motor, a diferença salta rapidamente aos olhos. O número de instrumento de trabalho com os quais o homem pode operar concomitantemente é limitado pelo número dos seus instrumentos naturais de produção, isto é, dos seus órgãos corpóreos [...]. Como se vê, o número dos instrumentos com os quais a mesma máquina-ferramenta trabalha simultaneamente é independente do limite orgânico que restringe o uso do instrumento por parte do operário. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 275-6).

Para Lukács, entre a manufatura e a máquina há uma continuidade. A máquina é um prosseguimento da manufatura na medida em que ela “desnatura” o trabalho. Mas, ao mesmo tempo, provoca um salto em relação àquela, pois a máquina desantropomorfiza¹³ ainda mais a organização do trabalho ao romper radicalmente “as barreiras físico-psíquicas que são dadas

¹³ Sem poder aprofundar aqui esse aspecto, basta dizer que a desantropomorfização “é simplesmente aquele tipo de reflexo da realidade (e o seu uso na práxis), que a humanidade criou para conhecer esta última no seu ser-em-si com a máxima adequação possível”. As tendências à desantropomorfização do conhecimento aparecem desde cedo e sua evolução se expressa no surgimento e desenvolvimento das ciências isoladas que influem decisivamente na vida econômica (LUKÁCS, 1986, p. 276) Sobre a relação entre ciência e desantropomorfização, cf. GIANNA (2015).

com a existência do homem como ser vivo concretamente determinado (e, portanto, limitado)” (LUKÁCS, 1986, p. 276).

Com o uso da máquina tem-se, de fato, uma reviravolta profunda na organização do trabalho; com ela, “desaparece do processo do trabalho, como metabolismo da sociedade com a natureza, a concreta e determinante função do indivíduo a cada vez que executa o trabalho; ele se torna o instrumento executivo de uma posição teleológica puramente social” (LUKÁCS, 1986, p. 277).

Desse momento em diante, o trabalhador singular perde completamente a capacidade de interferir na totalidade do processo de trabalho. Sua submissão à posição teleológica geral, que se verifica já na divisão manufatureira do trabalho, agora associada à desantropomorfização do processo de trabalho introduzida pelo uso da máquina, faz com que sua função se reduza a vigiar a máquina e, quando necessário, corrigir os erros.

As mudanças que se operam na organização do trabalho com a introdução da maquinaria implicaram uma reviravolta no quadro da socialidade da sociedade, propiciando o aparecimento de uma série de outras transformações, como o desenvolvimento da posse, que adquire uma figura social autônoma no negócio, na sociedade comercial, com seu patrimônio específico. Ao lado disso, a circulação de mercadorias torna-se uma relação social ao nível da universalidade, só que agora relacionada ao surgimento da taxa média de lucro.

Naturalmente cada ato de troca é, por sua essência, social, de fato a determinação última do valor em torno do qual se move o preço é o tempo de trabalho socialmente necessário. Porém, desde que com o desenvolvimento do capitalismo o centro realmente operante da troca de mercadorias é constituído pelo preço de custo acrescido da taxa média de lucro, cada ato, mesmo como ato singular, é determinado pelo desenvolvimento como um todo, pelo nível geral de toda a economia, é inserido no contexto amplo desta como ato conclusivo de um movimento puramente social. (LUKÁCS, 1986, p. 278).

O surgimento da taxa média de lucro, à medida que se concretiza, revela mais uma vez, nos seus traços posteriores, o poder sempre crescente da socialidade. O pressuposto econômico do tornar-se cada vez mais dominante dessa relação é que com ela surge “a possibilidade para o capital migrar livremente de um setor a outro da economia” (LUKÁCS, 1986, p. 278). Os movimentos de migração e rotação do capital e as leis abrangentes e complexas do movimento total do capital, como princípios últimos, acabam por determinar o ser-precisamente-assim de cada ato singular na vida econômica e, em sentido mais amplo, a existência econômica de cada ser humano.

Isso se liga ao fato de que “a tendência para uma economia mundial cria, no seu aspecto extensivo, um entrelaçamento entre a existência singular e o grau de desenvolvimento

material da espécie humana que vai se realizando”. Com isso, a reprodução singular e genérica e a reprodução da totalidade social passam a conformar, agora sobre a base do sistema do capital, um processo unitário e incindível. Mais do que nunca, uma não pode ocorrer sem interferir, direta e indiretamente, na outra.

3 CAPITAL E SOCIABILIDADE PURA

Vimos que o ser social na sua tendência interna à crescente socialidade, através do crescimento e de mudanças das categorias econômicas, conduz a uma sociabilidade pura: o capitalismo.

Se agora, a partir dessa base, buscarmos evidenciar algumas tendências do desenvolvimento econômico objetivo, veremos que no modo de apropriação do trabalho excedente vai adquirindo cada vez mais espaço a apropriação da mais-valia relativa em relação à mais-valia absoluta.

[...] a mais-valia relativa é, desde o início, um elemento especificamente capitalista da apropriação da mais-valia. Ela é possível já na manufatura, mas, em linhas gerais, é a mais-valia absoluta que domina, isto é, o aumento da mais-valia mediante um tempo maior de trabalho e um salário mais baixo. O primeiro período da indústria mecanizada assistiu a um forte predomínio deste método; pense-se simplesmente no peso que então tinha o trabalho infantil. (LUKÁCS, 1986, p. 281).

Nesse processo, a luta dos trabalhadores na resistência às determinações predominantes do capital joga um papel importante, pois força o capitalista a tomar medidas que, ainda que não transformem essencialmente o caráter da dominação do capital sobre o trabalho, elevam tal dominação a outro patamar.

Apenas o desenvolvimento crescente da resistência sindical coloca certos limites ao seu [da mais-valia absoluta] completo domínio, e em alguns casos força os capitalistas a aliviar essa pressão se movendo em direção à mais-valia relativa que, todavia, não pode se tornar a categoria dominante enquanto não surge objetivamente um interesse econômico da classe capitalista na sua totalidade para com o consumo da classe operária. (LUKÁCS, 1986, p. 281).

Quando surge objetivamente um interesse econômico da classe capitalista como um todo para com o consumo da classe operária, faz-se necessário um reordenamento das relações entre produção e consumo. Nessa fase do desenvolvimento econômico, segundo Lukács, só o consumo em grande escala pode manter a continuidade do desenvolvimento capitalista.

O desenvolvimento capitalista consiste essencialmente numa “produção em massa, organizada nos moldes capitalistas, daquelas mercadorias que constituem as necessidades cotidianas de grandes massas”. Para manter a produção e o consumo em larga escala, é

necessário que haja não apenas uma ampliação da produção, mas também uma ampliação dos níveis de consumo. “Sem os operários como consumidores dotados de poder aquisitivo, não é possível realizar essa nova generalidade da produção capitalista” (LUKÁCS, 1986, p. 281).

Apenas mediante uma apropriação que se realiza no quadro do desenvolvimento da mais-valia relativa – diminuição do tempo de trabalho em detrimento do aumento do salário – é que o capitalista pode, ao mesmo tempo, aumentar os níveis de consumo do trabalhador, o que implica, simultaneamente, uma ampliação de novos mercados e o aumento da parcela de mais-valia extraída para o capital.

A transição ao predomínio da mais-valia relativa frente àquela absoluta se torna, por conseguinte, cada vez mais um interesse vital para os capitalistas, de maneira que, o progresso do capitalismo para um modo superior, mais social, de produzir e de se apropriar da mais-valia se torna uma necessidade econômica espontânea, que se apresenta como uma lei. (LUKÁCS, 1986, p. 281-2).

Marx, segundo Lukács, descreve, em termos gerais, o processo do fazer-se predominante da mais-valia relativa em relação à mais-valia absoluta na seguinte passagem:

É isto que eu chamo *submissão formal do trabalho ao capital* – forma *geral* de qualquer processo de produção capitalista, mas, ao mesmo tempo, forma *particular* ao lado do *modo de produção especificamente capitalista na sua forma desenvolvida*, já que a segunda forma engloba a primeira, enquanto a primeira não envolve necessariamente a segunda. (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 282. Grifos na obra).

O predomínio da mais-valia relativa sobre a mais-valia absoluta significou uma mudança qualitativa não apenas nas relações de produção, mas também nas relações sociais em geral. Todavia, isso não quer dizer que houve uma transformação substancial na apropriação do trabalho excedente pelo capital; ao contrário, tal mudança é apenas uma mudança de forma que resulta, não obstante, em alterações significativas no modo de se relacionar das classes sociais.

A transição ao predomínio da mais-valia relativa não implicou o desaparecimento da mais-valia absoluta. Mesmo tendo perdido sua posição dominante nos países mais desenvolvidos, o método de apropriação da mais-valia absoluta não desapareceu. Há, com frequência, formas explícitas de manifestação da apropriação do trabalho pelo capital através do método da mais-valia absoluta, porém essas formas de modo algum abalam o predomínio da mais-valia relativa.

Esse conservar e ultrapassar do capital no que concerne às determinações gerais que estavam na sua base relaciona-se com o fato de que, no capitalismo, quando o capital, com todas as suas categorias, se torna universal, as formas objetivas pelas quais se dá tal universalização concretizam-se sempre de um modo determinado. Isso só é possível porque

[...] o desenvolvimento como um todo do capital é, em sentido econômico, um produto espontâneo-legal dos efeitos causais que emanam das posições teleológicas singulares dos capitalistas singulares e que, tornadas independentes do seu ponto de partida, se condensam em determinadas tendências objetivas. A unidade desse processo como um todo chega, portanto, a um ser em-si que, primeiramente, não possui nenhuma possibilidade de se desenvolver por si a um ser-para-si fora da consciência. (LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 282).

Apenas com as crises o ser em-si da unidade do processo de desenvolvimento do capital como um todo adquire a possibilidade de os diferentes momentos dessa unidade tornarem-se reciprocamente independentes, o que leva a certa mudança da situação. O interesse do capital, manifestando-se mais diretamente do que antes, pode ser compreendido e traduzido em práxis com maior facilidade.

Como argumenta Lukács, a possibilidade que se abre para o capital como um todo com o desenvolvimento da mais-valia relativa, permitindo-lhe dominar todos os campos da satisfação das necessidades, exhibe no capitalismo moderno um dos seus problemas centrais: o problema da manipulação.

Conforme Lukács, a manipulação como problema particular do capitalismo moderno nasce “da necessidade de fazer chegar massas de mercadorias para o consumo de muitos milhões de compradores singulares”. O aumento no poder de consumo das pessoas faz com que a manipulação seja “transformada numa potência que enterra toda a vida privada” (LUKÁCS, 1986, p. 285)

Como potência social relativamente autônoma, a manipulação é uma decorrência das próprias leis do desenvolvimento econômico que vêm à existência por necessidade social, mas como tal, encerra uma contradição: o desenvolvimento das forças produtivas enquanto desenvolvimento simultâneo das capacidades humanas (essência), em decorrência do seu modo de se manifestar no capitalismo, produz a degradação e a alienação humana¹⁴.

Lukács expressa tal contradição recorrendo à conhecida afirmação de Marx sobre a maquinaria e seu uso capitalista:

As contradições e os antagonismos inseparáveis do uso capitalista das máquinas não existem, porque não provém das próprias máquinas, mas do seu uso capitalista! Portanto, dado que as máquinas consideradas em-si abreviam o tempo de trabalho, enquanto empregadas capitalisticamente prolongam a jornada de trabalho, como as máquinas em-si aliviam o trabalho, e empregadas capitalisticamente aumentam a sua intensidade, como em-si são uma vitória do homem sobre a força da natureza, e empregadas capitalisticamente subjugam o homem mediante a força da natureza, como em-si aumentam a riqueza do produtor, e usadas capitalisticamente o pauperizam etc., o economista burguês declara simplesmente que a observação das máquinas em-si demonstra com a máxima precisão que todas aquelas tangíveis contradições são uma simples e pura aparência da realidade ordinária, mas que, em-

¹⁴ Acerca da categoria da alienação na Ontologia de Lukács, cf. ALCÂNTARA (2015).

si e, portanto, também na teoria, absolutamente, não existem. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 285).

Para Lukács, a comparação marxiana entre a maquinaria e seu uso capitalista serve para mostrar certas nuances do operar da manipulação hoje dominante e para a apreensão do seu caráter.

Para o capitalismo contemporâneo, é fundamental que haja uma mediação entre a produção em massa de bens de consumo (e serviços) e a massa dos consumidores singulares; é a manipulação que cumpre essa função. Informar ao consumidor sobre o tipo e a qualidade das mercadorias é uma função economicamente indispensável ao atual estágio da produção.

Considerando-se as características do capitalismo moderno, frequentemente essas informações terminam por se tornar exatamente uma manipulação, sobretudo porque buscam induzir o consumidor não apenas a comprar tais mercadorias, mas também a acreditar que tem necessidade delas. Não bastasse isso, tais informações pouco a pouco se estendem a todos os campos da vida e terminam por interferir, principalmente, no campo político.¹⁵

A manipulação exhibe, segundo Lukács, um duplo movimento internamente unitário:

[...] por um lado, a manipulação e o intimamente a ela unido consumo de prestígio excluem o máximo possível da vida cotidiana humana o impulso à generidade e, acima de tudo, a tendência a sobrepujar a própria particularidade, pela possibilidade de sair; o seu principal alvo objetivo é exatamente o de fixar, de tornar definitiva, a particularidade em cada ser humano objeto da sua atividade. Por outro lado, e indissociável de tal movimento, a particularidade assim isolada adquire um caráter abstrato, um caráter – definitivamente – nivelador, a imediata e imediatamente sensível particularidade da vida cotidiana cai cada vez mais sob uma abstração superficial e imediata, por sua essência fixa e imóvel, mesmo se em contínua mudança no mundo do fenômeno. (LUKÁCS, 1986, p. 286).

Tomando em consideração esse duplo movimento da manipulação e relacionando-o com a referência marxiana sobre a máquina e o seu uso capitalista, Lukács argumenta que “a diferença de fundo” entre ambos e suas consequências para a vida cotidiana do ser humano consistem em que, enquanto “a máquina figura na própria produção, revolucionando-a, a manipulação é, do ponto de vista econômico, uma categoria determinada pela circulação, ou seja, como diz Marx, pela troca ‘considerada na sua totalidade’”.

[...] a produção, embora surja de posições teleológicas de ser humanos singulares e se reproduza nelas e através delas, adquire frente a estas uma indiscutível autonomia objetiva, ontológica. Ela é na relação dos seres humanos singulares uma realidade imutável, nela, para continuar ainda com Marx, vêm a convergir e tomar corpo as circunstâncias nas quais os seres humanos fazem por si a sua história. (LUKÁCS, 1986, p. 286-7).

¹⁵ Aspectos disto estão tratados, embora de perspectiva distinta, em MARCUSE (1969).

Para Lukács, portanto, a produção considerada apenas do ponto de vista da sociedade como um todo sofre transformações essenciais. Tais transformações só se tornam objetivamente possíveis em decorrência do desenvolvimento imanente da própria economia.

É verdade [...] que a troca e a circulação interagem com a produção e que esta última constitui o momento predominante de tal interação. A dependência da produção dá às formas da troca e da circulação um grau determinado de objetividade social. Mesmo em relação a estas últimas, por isso, toda “destruição das máquinas”, todo luddismo é algo de objetivamente impotente *a priori*, até mesmo elas só podem se transformar num nível social como um todo, com a mudança da produção e da estrutura social. (LUKÁCS, 1986, p. 287).

Todavia, essa dependência da troca e da circulação em relação à produção é apenas relativa. Tal relatividade só se manifesta concretamente num momento preciso. “A troca se apresenta autonomamente ao lado da produção e indiferente a ela só no último estágio, no qual o produto é trocado imediatamente para o consumo” (MARX apud LUKÁCS, 1986, p. 287).

De acordo com Lukács, é nesse estágio último da relação entre produção e troca, no qual a troca se faz relativamente autônoma em relação à produção mediante o consumo, que surge “um campo novo, ampliado para a atividade” humana, no qual a manipulação como potência social que degrada e aliena o ser humano ao constrangê-lo diretamente na sua vida privada passa a atuar fortemente.

Se já aquelas formas econômicas da vida que, segundo Marx, pertencem às circunstâncias não escolhidas pelo homem e nas quais ele faz a própria história, têm um caráter certamente necessário, mas não fatalista, à medida que podem ser transformadas por obra do complexo social, ainda que só por ele, é patente que, dada a peculiaridade econômica da troca, há aqui um campo novo, ampliado para a atividade, mesmo para aquela dos homens singulares. (LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 287).

Uma vez que atua sobre a vida privada do indivíduo singular, a manipulação cumpre essa função de modo muito variado, com meios grosseiros ou mesmo refinados. Todavia, independentemente dos modos, meios etc. com que o faça, o fundamental sobre a atuação permanente da manipulação sobre a vida do indivíduo singular é, segundo Lukács, que a pressão que ela exerce “é constituída por uma sanção que opera apenas nas relações inter-humanas e não, ao contrário, no plano econômico geral, social como um todo” (LUKÁCS, 1986, p. 287).

Porque a manipulação não atua “no plano econômico geral, social como um todo” ela libera um campo de manobra em face do qual os indivíduos podem, na sua vida singular, privada, defender-se de suas pressões. Entretanto, isso não acontece sem consequências para a vida singular do indivíduo.

Diz Lukács: “[...] mesmo como indivíduos é possível se defender dela, contanto que se esteja disposto a sofrer determinadas consequências das próprias ações, a correr certo risco” (LUKÁCS, 1986, p. 287). Isso demonstra que as ações individuais ligadas à atividade humana, mesmo não tendo o poder de exercer uma transformação direta e radical da totalidade da sociedade no processo de socialidade do ser social, jogam um papel importante e não podem, por isso, jamais ser consideradas como absolutamente irrelevantes.

A importância delas, para Lukács, reside em que,

[...] por um lado, essas ações singulares, somando-se espontaneamente em fatos sociais, podem se tornar elementos de força ainda mais reais e, por outro lado, não devemos subestimar, especialmente no âmbito da vida individual, a função social do exemplo. (LUKÁCS, 1986, p. 287).

Sem adentrar aqui no modo específico de se manifestar da manipulação na atualidade, vê-se, em linhas gerais, que ela é um fenômeno não apenas econômico, mas também ideológico. E como tal, resulta como consequência do desenvolvimento imanente do capital. Este é, por sua vez, um produto espontâneo do processo de afastamento das barreiras naturais, porquanto fundado na processualidade das categorias econômicas. Todavia, é um produto cujo critério decisivo para que o movimento assuma essa direção é a reação humana ao crescimento das forças próprias econômicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse esboço geral, pudemos observar que o que caracteriza essencialmente as relações de produção asiáticas é que o baixo desenvolvimento das forças produtivas não permite que essas sociedades específicas facultem tendências evolutivas gerais, embora possuam certa capacidade de se regenerar.

Já o escravismo e o feudalismo, também em consequência do modo como desenvolvem as forças produtivas, possuem, dentro de determinados limites, a possibilidade de desenvolver, sob vários aspectos, determinadas possibilidades econômicas.

Todavia, quando essas possibilidades são, no contexto da formação em questão, ao máximo desenvolvidas, o aumento da riqueza se volta contra as bases da formação, desagregando-a. O movimento à frente converte-se num beco sem saída do ponto de vista econômico-social.

Vimos ainda, que, concretamente, os motivos que levam à degradação de cada uma das formações, embora possuam aspectos semelhantes, são em si essencialmente diferentes. O fundamento em ambos os casos é que as duas formações, o escravismo e o feudalismo,

possuem condições reprodutivas que ainda podem ser definidas como “naturais”. Se bem que, no plano da sociedade, os pressupostos externos, ao interferirem internamente, contribuem fortemente para a destruição da sociedade.

Só com o capitalismo surge a primeira formação social capaz de, crescentemente, reproduzir as suas próprias condições de existência ao criar as condições de reprodução dos dois elementos decisivos da produção capitalista: o capital e a força de trabalho considerada “livre”.

Ao produzir as suas próprias condições de existência, distinguindo-se por sua socialidade pura, a sociedade capitalista se diferencia, essencialmente, de todas as outras formações sociais precedentes. O decisivo aqui é que a socialidade pura encerra no capitalismo uma grande contradição. Nela, a ação das forças produtivas subordina o indivíduo singular e, por último, o todo da sociedade às necessidades do capital.

[...] através da pura e simples continuidade do processo, isto é, através da simples reprodução, aquilo que no início era apenas ponto de partida, volta sempre a ser de novo produto e é perpetuado como resultado próprio da produção capitalista. De um lado, o processo de produção converte continuamente em capital, isto é, em meios de valorização e de usufruto para o capitalista, a riqueza dos materiais. De outro lado, o operário sai constantemente do processo como nele entrou: fonte pessoal de riqueza, mas despojado de todos os meios para realizar para si esta riqueza. Dado que antes da sua entrada no processo o seu próprio trabalho lhe foi alienado (*entfremdet*), apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, durante o processo o seu trabalho se objetiva constantemente em produtos estranhos (*fremdem*). Dado que o processo de produção é, ao mesmo tempo, processo de consumo de força de trabalho por parte do capitalista, o produto do trabalhador não apenas se converte continuamente em mercadoria, mas, também, em capital, valor que suga a força criadora de valor, meios de subsistência que compram pessoas, meios de produção que empregam o produtor. O próprio operário, portanto, produz constantemente a riqueza objetiva como capital, potência estranha (*fremde*) a ele, que o domina e o explora, e o capitalista produz não menos constantemente a força de trabalho em forma de fonte subjetiva de riqueza, separada dos seus meios de objetivação e de realização abstrata, que existe na pura e simples corporeidade do operário, em poucas palavras, ele produz o operário como operário assalariado. (MARX apud LUKÁCS, 1986, v. 14, p. 289).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Norma. **Lukács: ontologia e alienação**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade para o feudalismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

ANDRADE, Mariana. Trabalho e linguagem na ontologia de Lukács. In: **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2016.

_____. Trabalho e totalidade social: qual o momento predominante da

reprodução social? In: **Anuário Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

CARDOSO, Ciro Flamarion et al. **Modo de produção asiático: nova visita a um velho conceito**. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

CHILDE, Gordon. **A evolução cultura do homem**. Rio de Janeiro: Editores Zahar, 1966.

CROIX, Geoffrey Ernest Maurice de Saint. **La lucha de clases en el mundo griego antiguo**. Barcelona: Editorial Critica - Grupo editorial Grijalbo, 1988.

FORTES. Ronaldo Vielmir. As três determinações fundamentais da análise lukacsiana do trabalho: modelo das formas superiores, prioridade ontológica e abstração isoladora crítica da ideia da centralidade do trabalho em Lukács. In: **Revista On Line de Filosofia e Ciências Humanas**, n. 22. Belo Horizonte, 2016. (Disponível em: www.verinotio.org)

GIANNA. Sergio. Daniel Trabajo social, reflejo e intervención: crítica a la noción de particularidade como centro. In: **Revista Temporalis**, v. 15, n. 30, ABEPSS, 2015.

GODELIER, Maurice. Sobre el modo de producción asiático. Barcelona: Martínez Roca, 1969.

HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2018.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

KARL, Marx. **O capital: crítica da economia política**. V. 1 Tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

LEAKEY, Richard e LEWIN, Roger. **O povo do lago: o homem: suas origens natureza e futuro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**, 3. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LUKÁCS, György. **Para a ontologia do ser social**. Traduzida por Sergio Lessa e revisada por Mariana Andrade. V. 14, Maceió: Coletivo Veredas, 2018.

_____. **Zur Ontologie des gesellschaftlichen Seins**, in *Werke*, v. 14, Luchterhand Verlag, Frankfurt, 1986.

MARCURSE, Herbert. **Ideologia da sociedade industrial**. São Paulo: Zahar, 1969.

MARX, Karl. Formações econômicas pré-capitalistas. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1964.

PADGUG, Robert. Clases y sociedad en la Grecia clásica. In: **AA.VV. El Marxismo y los Estudios Clásicos**. 1ª edición 1975. Madrid: Akal Editor, 1981.

SOFRI, Gianni. **O modo de produção asiático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1977.

WILIAMS, Raymond. **O povo das montanhas negras: o começo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

LUKÁCS: TRABALHO, MODOS DE PRODUCCION Y ONTOLOGÍA

Mariana Alves de Andrade

Como citar este artigo: ANDRADE, Mariana Alves. Luckás: trabalho, modos de produção e ontologia. **Revista de Ciências do Estado**. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, e25171. ISSN: 2525-8036.

Resumen: El presente texto busca demostrar, desde la perspectiva de la ontología del ser social, los aspectos generales que el movimiento inmanente de las categorías económicas nacidas del trabajo realizan históricamente a través de los diferentes modos de producción de riqueza material. A la luz de *La ontología del ser social* del filósofo húngaro György Lukács, buscamos evidenciar las principales mediaciones económicas y sociales que intervienen objetivamente para hacer surgir y consolidar la línea evolutiva de la creciente socialización del ser social, cuyo principio determinante es el constante retroceso de las barreras naturales. Veremos que en ese proceso es la acción de las fuerzas productivas sobre la sociedad la potencia social decisiva que impulsa el desarrollo social como un todo, a través del desplazamiento creciente de la naturalidad operante en las primeras formaciones sociales, al ingresar en la circulación de mercancías y, a través de ella, alcanzar la sociabilidad pura del capital. Observaremos, aún, que el progreso social objetivo al que el inmanente desarrollo de las categorías económicas conduce, al llegar al capitalismo, revela tendencias fundamentales como el predominio de la plusvalía relativa en la extracción del trabajo excedente y la manipulación como mediación que articula las necesidades de la producción al consumo de mercancías, cuya comprensión es imprescindible para el futuro de la reproducción social como un todo.

Palabras clave: ontología; trabajo, economía; modos de producción; capitalismo.